



60% dos tribunais conseguiram racionar energia, água e papel

Cerca de 60% dos tribunais do Brasil já adotam práticas de uso racional de energia, água e papel, de acordo com dados da Assessoria de Gestão Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral. A medida faz parte do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário, em cumprimento à Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que determina a criação de núcleos socioambientais e visa sistematizar práticas de sustentabilidade em cada tribunal, aplicando recursos eficientes e promovendo o uso consciente de materiais.

Segundo Ganem Amiden Neto, assessor-chefe da Assessoria de Gestão Socioambiental do TSE, alguns avanços já foram sentidos. O TSE, por exemplo, será, ainda neste ano, o primeiro tribunal em Brasília a captar energia solar. “Essa mudança representa um investimento de R\$ 5,6 milhões que gerará uma economia de R\$ 800 a R\$ 900 mil por ano”, afirmou.

Pela regulamentação, os PLS contém 65 indicadores mínimos, agrupados em 13 blocos, quantificando o consumo dos órgãos do Judiciário com papel, água, energia elétrica, entre outros, assim como as despesas relativas a serviços, como limpeza e vigilância. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Date Created

09/09/2016